DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS















Tipologia das Sociedades Comerciais



- Existem 4 tipos de sociedades:
 - Sociedades em nome coletivo;
 - Sociedades por quotas;
 - Sociedades anónimas; e
 - Sociedades em comandita.
- As sociedades comerciais, terão um objeto comercial: correspondem à práticas de atos de comércio.

Tipologia das Sociedades Comerciais



- Mas, nada impede que uma sociedade comercial tenha por objeto uma atividade civil; e
- Que uma sociedade civil, tenha um objeto comercial.
- Para que uma sociedade seja comerciante:
 - Revestir um dos 4 tipos previstos na LSC; e
 - Respeitar os requisitos formais estabelecidos nas leis comerciais.

A Personalidade
Jurídica e a
Capacidade das
Sociedades
Comerciais



A personalidade jurídica e a capacidade das sociedades comerciais



- A personalidade jurídica da sociedade comercial surge com o seu registo comercial definitivo;
- A sua capacidade é limite a todos os atos que sejam necessários praticar com vista a atingir o seu fim, ou seja o lucro;
- Atos praticados sem a finalidade lucrativa, são nulos.

A personalidade jurídica e a capacidade das sociedades comerciais



- Os atos sem finalidade lucrativa, são designadamente:
 - Concessão de liberalidades não usuais; e
 - Prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades.

A personalidade jurídica e a capacidade das sociedades comerciais



- Ainda assim, os poderes de representação dos gerentes, administradores e diretos, está limitado a atos que se conduzam ao seu objeto social;
- Mas, se tais atos foram praticados para além do objeto, os mesmos serão eficazes, pelo menos em relação a terceiros de boa fé.





- O desenvolvimento económico, ao longo do tempo, do ponto de vista societário, com vista à redução do risco, conduziu a que:
 - Necessidade de reunir grandes somas de capital de elevado risco; e
 - Necessidade de atrair investidores, limitando o seu risco.



- Nas sociedades em nome coletivo, existe uma responsabilidade ilimitada dos sócios.
 Neste tipo de sociedade existe uma forte componente personalista;
- Nas sociedades anónimas, existe uma responsabilidade limita dos sócios, os quais por vezes, nem se conhecem. Neste tipo de sociedade, existe um forte componente capitalista;
- As sociedades por quotas, são um tipo intermédio, no qual predomina a limitação da responsabilidade dos sócios.



- Pelas dívidas da sociedade, responde todo o seu património;
- O conceito de limitação da responsabilidade refere-se à possibilidade de reversão das dívidas originárias da sociedade, contra os mesmos;
- A responsabilidade dos sócios corresponde à sua obrigação de entrada do capital social, o qual, no limite, pode ser perdido.



- As sociedades comerciais, podem distinguir, entre sociedades de pessoas e sociedades de capitais:
 - Sociedade de pessoas o elemento primordial s\u00e3o as pessoas dos s\u00f3cios: Sociedades
 em comandita simples e sociedade em nome coletivo;
 - Sociedades de capitais o elemento primordial é o capital, sendo indiferente a pessoa do sócio: Sociedades anónimas.



• As sociedades por quotas são um tipo intermédio: existe uma predominância do elemento personalista, conjugado com o elemento capitalista.



- Pelos 4 tipos de sociedades, apresentamos a sua distinção, observando os seguintes critérios:
 - Responsabilidade dos sócios pelas obrigações de entrada;
 - Responsabilidade dos sócios pelas dívidas da sociedades;
 - Modalidades da composição e titulação das participações sociais.



- Sociedade em nome coletivo:
 - Os sócios respondem para com a sociedade pela sua entrada;
 - Os sócios respondam pessoal e solidariamente com os restantes sócios, perante os credores da sociedades, pelas suas dívidas;
 - Os sócios de indústria, têm o beneficio da excussão prévia do património da sociedade.
 - As participações dos sócios denominam-se de partes.



- Sociedades por quotas:
 - Cada sócio responde pela sua entrada, bem como pelas entradas dos outros sócios não realizadas;
 - É o património da sociedade, que responde pelas suas próprias dívidas;
 - A participação social, denomina-se de quota.



- Sociedades anónimas:
 - Cada sócio responde pela sua entrada perante a sociedade individualmente;
 - É o património da sociedade, que responde pelas suas próprias dívidas;
 - A participação social, denomina-se de acção, as quais são livremente transmissiveis.



- Sociedades em comandita:
 - Existem duas espécies de sócios: sócios comanditados e comanditários;
 - Sócios comanditados: Responsabilidade igual aos sócios das sociedades em nome coletivo;
 - Sócios comanditários: Responsabilidade igual aos sócios das sociedades anóminas.



- Sociedades em comandita:
 - Sociedades em comandita simples, as participações sociais denominam-se de partes sociais, são semelhantes às sociedades em nome coletivo;
 - Sociedades em comandita por ações: Sócios comanditados são partes sociais; nos sócios comanditários as partes sociais são tituladas por ações.



- As sociedades por quotas são usadas para projetos com um pouco menor dimensão;
- As sociedades anónimas são usadas para projetos um pouco maiores;
- Será das caraterística que a sociedade tenha (por exemplos mais ou menos personalista ou capitalística) que se fará a seleção do tipo de sociedade.
- Presença dos sócios na presentação da sociedade sociedade por quotas;
- Maior profissionalização da administração sociedade anónima.

As sociedades unipessoais



- Reguladas pela Lei n.º 19/12, de 11/06, tendo entrado em vigor neste mesmo dia;
- Dirige-se às MPME's que adoptem a forma de sociedades por quotas e anónimas;
- Responsabilidade limitada, mas extensível, a título subsidiário, até ao capital social, salvo cláusula contratual em contrário ver igualmente os arts. 22.º e 23.º;
- Constituídas por contrato ou negócio jurídico unilateral?
- Constituição directa ou por via de uma "concentração" superveniente;
- Capital de USD 1.000,00 / 20.000,00;
- Só admite pessoas físicas como sócio e a sociedade não pode participar no capital social de outras sociedades;
- Art. 29.º?

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA



- Situações a resolver:
 - Sociedades com sócio comum e nas quais este imputa relações a uma sociedade que não tem património e esconde o património existente para outra para impedir um credor de obter o pagamento;
 - Sociedade que detém o controlo promove a confusão de patrimónios entre sociedades do grupo, instrumentalizando as várias personalidades jurídicas e respetivos patrimónios em prejuízo dos credores – actos que não visam o fim mediato de obtenção do lucro, mas sim a violação de dos deveres que impendem sobre os sócios.
- **PROBLEMA:** (i) <u>a limitação da responsabilidade pela Lei</u>, (ii) <u>a segurança e a certeza no tráfego jurídico</u> e (iii) <u>o prejuízo dos credores pessoais dos sócios / sociedade que detém a direção unitária</u>.







- Contrato sob a forma de escritura pública;
- Os sócios fundadores têm que estar presentes no ato de constituição;
- Após a celebração da escritura, segue-se o seu registo comercial;
- No caso das sociedades unipessoais (por quotas ou anónimas), apesar de existir apenas um sócio, continua a celebrar-se um contrato.



- As fases para a constituição da empresa, são as seguintes:
 - Obtenção do certificado de admissibilidade de firma ou denominação;
 - Depósito do capital social;
 - Elaboração do projeto de contrato de sociedade;
 - Celebração do contrato de sociedade;
 - Declaração de início de atividade junto da repartição de finanças;
 - Registo da sociedade no registo comercial.
- A sociedade adquire a sua personalidade jurídica com o seu registo comercial definitivo.



- O contrato de sociedade:
 - Regulam a atividade da sociedade, em especial os sócios e órgãos sociais;
 - Tem que respeitar as normas imperativas, podendo derrogar as normas dispositivas.
 - Caraterísticas do contrato:
 - De execução continuada;
 - É um contrato de organização;
 - É consensual, obrigacional e com aspetos reais (no caso das entradas implicarem a transmissão de bens para a sociedade)



- O contrato de sociedade:
 - Objeto do sociedade, é o fim imediato, que corresponde à atividade desenvolvida,
 com vista a atingir a sua finalidade lucrativa;
 - A existência de liberalidades não usuais, ou a atribuição de garantias, sem ser a sociedade relacionadas, serão atos nulos.



- Acordos parassociais:
 - São convenções celebrados entre todos ou alguns sócios relativas ao funcionamento da sociedade, ao exercício dos direitos sociais ou à transmissão das participações sociais.
 - Vinculam só os seus subscritores;
 - Devem respeitar as normas imperativas;
 - O contrato de sociedade sobrepõem-se aos acordos parassociais.







- Noção de capital social:
 - Corresponde à soma de todas e cada uma das participações sociais;
 - Não se confunde com o património social;
 - Pode haver um diferimento para a sua realização;
 - É uma garantia dos credores, na medida em que não permite a distrição de lucros a um nível que torne a situação liquida inferior a este capital social;
 - A situação líquida é a diferente entra ativo e passivo;



- Caso a situação líquida seja inferior a metade do capital social, têm que ser tomadas medidas para sua salvaguarda:
 - Dissolução da sociedade; ou
 - Realização de novas entradas pelos sócios.
- A alteração do capital social, é tratado como uma alteração ao contrato de sociedade, de acordo com as regras de cada um dos tipos de sociedades.
- Os credores, podem opor-se à redução do capital social.



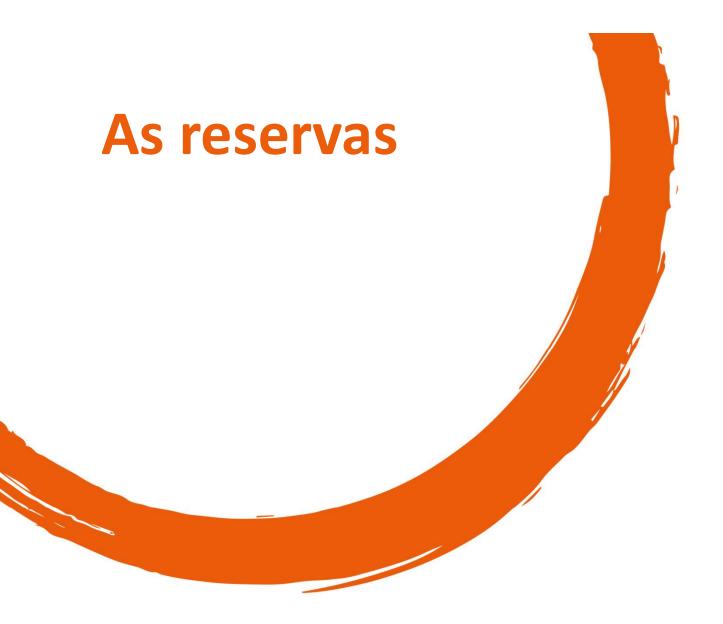
- Capital mínimo:
 - Sociedade por quotas sem valor mínimo legal;
 - Sociedade anónima 20 000 USD.
- A insuficiência de capital social:
 - Conduz à necessidade de prestação de garantias pessoais, pelos seus sócios: ficamos perante uma situação de responsabilidade ilimitada.



- Existem também prestações suplementares de capital social:
 - Têm dinheiro por objeto;
 - São deliberadas em assembleia-geral;
 - Não vencem juros;
 - Só são obrigatórios se prevista no contrato de sociedade.



- Suprimentos:
 - Empréstimos efetuados pelos sócios;
 - Não carecem de ser deliberadas em assembleia-geral;
 - Podem vencer juros;
 - Podem ser restituídas, sem o formalismo das prestações suplementares.





As reservas



- As reservas são os lucros do exercício não distribuídos aos sócios, que visam reforçar a situação financeira da empresa;
- Existem vários tipos de reservas:
 - Reservas legais;
 - Reservas obrigatórias;
 - Reservas livres;
 - Reservas estatutárias;
 - Outras reservas.

As reservas



- Reservas legais:
 - SA 30 % do capital social (no mínimo) e corresponde a 5% do resultado
 - Só podem ser usadas para cobertura de prejuízos, que não possa ser coberto por outras reservas; Podem ser usadas para aumento de capital social.
- Reserva estatutária:
 - Conforme for estabelecido no estatuto da sociedade.
- Reserva livres:
 - Deliberadas livremente pelos sócios em assembleia-geral.





Aumento e redução de capital social



- Aumento, por duas formas:
 - Novas entrada; ou
 - Incorporação de reservas.
- A não exigência por parte de gerentes (ou administradores) do capital social pode constituir um ilícito criminal.
- O processo de aumento de capital social é semelhante ao processo de constituição da sociedade.

Aumento e redução de capital social



- A eficácia do aumento de capital social, depende da celebração da escritura pública;
- A eficácia externa do aumento depende do registo definito da alteração do contrato formulada;

Aumento e redução de capital social



- Redução de capital social:
 - Maiores cautelas, podem os interesses dos credores sociais, podem ser colocados em causa;
 - Pode incidir sobre todas as participações sociais;
 - Pode incidir apenas sobre algumas participações sociais (por exemplo, amortização de partes de capital).
 Nesta situação, não necessita de autorização judicial;
- Pode também existir a operação harmónio:
 - Redução de capital parta cobertura de perdas;
 - Seguida de aumento de capital.
- Com esta operação, deixa de estar evidenciado o balanço as perdas anteriores, o que deixa de impedir a distribuição de lucros.







- Existem direitos e obrigações;
- Existem três princípios fundamentais, que são:
 - Princípio do interesse social;
 - Princípio da finalidade lucrativa;
 - Princípio da igualdade de tratamento entre sócios.



- Princípio do interesse social:
 - Não é uma mera soma de interesses dos sócios, mas antes um interesse da sociedade, que tem o aspeto nuclear na obtenção de lucro;
- Princípio da finalidade lucrativa:
 - O sócio tem no mínimo a expetativa de valorizar o capital que investiu. Existe necessidade de conciliar o interesse do sócio com o da sociedade;
- Princípio da igualdade de tratamento entre sócios:
 - Consubstancia, por exemplo, na proteção de sócios minoritários.



- Obrigação de entrada:
 - Dever de realizar o valor correspondente à participação social;
 - Com as entradas formuladas reúne-se o capital necessário à prossecução da atividade social;
 - Podem ser em numerário ou em espécie;
 - As entradas em espécie devem ser confirmadas por um perito;
 - Os sócios de indústria, ficam excluídos da obrigação de entrada. São sócios que só contribuem com o seu trabalho para a sociedade;
 - Também quinhoam nas perdas;



- Obrigação de entrada:
 - Entradas devem ser realizada com a realização da escritura pública;
 - Pode haver diferimento de entrada:
 - Nas sociedades por quotas, de metade do valor;
 - Nas sociedade anónimas, em 30% do valor.
 - A administração não pode ilibar os sócios da obrigação de entrada;
 - Caso a administração não diligencie pela realização, podem os credores sub-rogar-se nesse direito;
 - Os sócios podem perder essa qualidade, caso não realizem as entradas.



- Outras obrigações:
 - Obrigação de prestação acessória;
 - São ficadas no contrato;
 - Podem ser gratuitas ou onerosas.
 - Prestações suplementares:
 - Para serem obrigatórias, têm que estar previstas no contrato;
 - Não vencem juros;
 - São quase capital social.
 - Dever de lealdade.



- Direitos dos sócios:
 - Não pode ser arbitrariamente excluído pelos restantes sócios;
 - Direito à informação:
 - Direito geral à informação;
 - Direito à informação preparatória das assembleias gerais; e
 - Direito à informação nas assembleias gerais.



- Direitos dos sócios:
 - Direito à informação:
 - Nas sociedades por quotas pode estar regulado no contrato de sociedade;
 - Prestação de esclarecimentos escritos sobre a atividade;
 - Consulta dos livros de contabilidade e da documentação da sociedade;
 - Nas SA, só são facultadas se o sócio detiver mais de 5% do capital;
 - Podem ser consultados na sede social, os elementos que são preparatórios a assembleias gerais marcadas.



- Direitos dos sócios:
 - Direito à informação:
 - Pode ser recusado se houver o receio que essa informação seja utilizadas para fins contrários ao interesse da sociedade, podendo causar-lhe prejuízos;
 - Se a informação for falsa, pode o sócio requer a intervenção do Tribunal, a fim de ter acesso à informação em falta.



- Direitos dos sócios:
 - Direito aos lucros:
 - É um direito fundamental. É por este motivo que o sócio participa na empresa;
 - 50% do resultado distribuível, deverá ser atribuída aos sócios;
 - Previstamente deverá haver uma assembleia-geral de aprovação de contas, na qual, por regra, se delibera o valor da distribuição do lucro.
 - Direito de voto:
 - É a manifestação de vontade dos sócios, que contribuem para a formação da vontade social.



- Direitos dos sócios:
 - Direito especiais:
 - São atribuídos a um ou mais sócios (sociedades por quotas);
 - São atribuídos a um ou mais categorias de ações (sociedades anónimas).
 - São inderrogáveis pela maioria.





- A assembleia-geral:
 - É o órgão magno das sociedades;
 - É aqui que se delibera, sobre a vontade sociedade, expressa nas deliberações que forem tomadas;
 - É precedida de convocatória, que contem a ordem de trabalhos;
 - A ordem de trabalhos deverá estar expressa de forma adequada, objetiva e concreta;
 - As AG, podem ser:
 - Anuais;
 - Especiais.



• A assembleia-geral:

- As AG anuais, visam aprovar as contas e o relatório de gestão;
- Se as contas não forem apresentadas pela administração, podem os sócios promover a sua destituição;
- O relatório de gestão é um documento fundamental, a apreciação e votação das contas;
- Pode haver deliberações sem convocatória expressa, desde que todos os sócios concordem;
- As deliberações em regra, são tomadas por maioria simples;
- Assim não será se for exigida por lei ou por contrato, uma maioria qualificada;
- Das AG realizadas, deve ser lavrada um ata, que resumo o que de relevante se passou;
- A ata deve ser assinada pelos presentes; Nas SA existe uma folhas de presença, sendo a ata assinada pelo presidente da mesa e o secretário.



- A assembleia-geral invalidade das deliberações:
 - Resultam de violação da lei ou do contrato:
 - Podem ser de dois tipos:
 - Nulas mais graves;
 - Anuláveis menos graves.
 - São nulas, as seguintes deliberações:
 - Tomadas em AG não convocada;
 - Tomadas por voto escrito, sem que todos os sócios tenham votado;
 - Deliberações tomadas, que não sejam competência da AG, por exemplo sobre a vida privada dos sócios ou ofensivas dos bons costumes ou de proteção de direitos irrevogáveis dos sócios, como seja o direito ao lucro ou à informação.



- A assembleia-geral invalidade das deliberações:
 - São anuláveis, as seguintes deliberações:
 - Violem a lei ou o contrato, e que não sejam nulas;
 - Podem ser de 3 tipos:
 - Violação da lei ou do contrato, que não seja uma deliberação nula;
 - Deliberações abusivas; e
 - Deliberações não precedidas dos elementos de informação necessários.



A administração:

- Gerentes Sociedades em nome coletivo e nas sociedades por quotas;
- Administradores e diretores

 Sociedades anónimas.
- A relação que se estabelece entre os administradores (gerentes ou diretores) e a própria sociedade, é um contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de administração (contrato de prestação de serviços e contrato de mandato, que neste caso é comercial);



- A administração:
 - Obrigações:
 - Dever de cuidado;
 - Dever de diligência;
 - Dever de lealdade.
 - Direitos:
 - De não ser destituído sem justa causa;
 - Direito à remuneração.



• A administração:

- Competências:
 - Para a prática de todos os atos necessários ou convenientes à realização do objeto social;
 - Tem poderes de administração e de representação. Estes poderes são mais densificados nas SA que nas sociedades por quotas.
- Vinculação da sociedade:
 - Os seus atos vinculam a sociedade perante terceiros;
 - Poderá haver limitações a esta vinculação através de deliberação social;
 - Porém, só a terceiros que conhecem essa deliberação, é que a mesma pode ser oponível;
 - O objeto social, não será o limite aos poderes de vinculação. O fim último da sociedade é que será.



- A administração:
 - Nomeação e cessação de funções:
 - Sociedade por quotas:
 - Pessoas singulares com capacidade plena, eleitos em AG, ou designados no próprio contrato;
 - O seu mandato subsiste enquanto a ele n\u00e3o renunciar, ou enquanto n\u00e3o for substitu\u00eddo por delibera\u00e7\u00e3o dos s\u00e3cios.
 - Sociedade anónima:
 - Eleito em AG, ou designado no contrato de sociedade;
 - Duração máxima do mandata de 4 anos.



- A administração:
 - Cessão de funções:
 - Caducidade;
 - Renúncia;
 - Destituição.



- A administração:
 - Responsabilidade dos administradores:
 - Depende da sua culpa;
 - Respondem perante a sociedade;
 - Também podem responder perante credores sociais;



- A administração:
 - Responsabilidade dos administradores:
 - A existência da responsabilidade, depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - Violação dos deveres funcionais;
 - Culpa do administrador;
 - Existência de um prejuízo;
 - Nexo de causalidade entre o ato ou omissão, que se traduz na violação dos deveres e o dano causado.
 - Existem causas que afastam a responsabilidade do administrador, por exemplo:



- A administração:
 - Responsabilidade dos administradores:
 - Atuar de acordo com uma deliberação social.

Efetivação da responsabilidade para com a sociedade



Efetivação da responsabilidade para com a sociedade



- Ação social "ut universi";
- Ação social "ut singuli"; e
- Ação sub-rogatória dos credores sociais.

Efetivação da responsabilidade para com a sociedade



- Efetivação da responsabilidade:
 - Violação dos deveres funcionais;
 - Culpa do administrador;
 - Existência de um prejuízo;
 - Nexo de causalidade entre o ato ou omissão, que se traduz na violação dos deveres e o dano causado.





Outros órgãos sociais



- Conselho fiscal:
 - Sociedades por quotas:
 - Exercida pelos próprios sócios;
 - Através do seu vasto direito à informação;
 - Por opção, também poderá existir um conselho fiscal.
 - Sociedades anónimas:
 - Através de um conselho fiscal
 - Composição, nomeação e destituição:
 - Inclui um perito contabilista ou uma sociedade de peritos contabilistas;
 - Proibido a destituição sem justa causa;
 - Nomeação em AG.

Outros órgãos sociais



- Competência e responsabilidade:
 - Aprecia o cumprimento da lei e do contrato por parte da administração;
 - Aprecia sobre a legalidade subjacente à prestação de contas;
 - Elabora um relatório e parecer sobre as contas em apreciação;
 - Têm uma responsabilidade solidária com a administração, aquando da inobservância do cumprimento das suas obrigações;

Outros órgãos sociais



- Modelos de administração e fiscalização das sociedades:
 - Conselho de administração e conselho fiscal (ou fiscal único).





Apreciação anual da situação da sociedade



- Obrigação anual;
- Primeiros 3 meses do ano;
- Elaborada de acordo com os principio contabilísticos;
- Se existir conselho fiscal, devem ser acompanhadas pelo relatório, parecer, e certificação legal das contas.

Dissolução e liquidação da sociedade comercial



Dissolução e liquidação da sociedade comercial



- Dissolução, é precedente do encerramento da liquidação;
- Carece de deliberação dos sócios;
- A liquidação tem como objetivo a partilha do ativo da sociedade, que tenha sobrado face à liquidação do passivo;
- Podem ser nomeados liquidatários, no âmbito do processo de dissolução.